

Econ. Brasil Preliminar para o entendimento

Pela primeira vez, na qualidade de titular da pasta da Economia, a ministra Zélia Cardoso de Mello reuniu-se ontem com empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O encontro não pode ser interpretado apenas sob um ângulo político estreito, significando que o atual governo venceu restrições à classe empresarial, ou a certos segmentos dela, que vieram à tona na campanha presidencial do ano passado.

Se se pode dizer que os responsáveis pela condução da política econômica mostram-se hoje mais receptivos ao diálogo com o empresário, compreendendo que ele serve a objetivos comuns, tem-se de observar que também os empresários nacionais não se têm revelado infensos à autocritica.

Ficou evidente ontem que existe uma disposição de ambos os lados em conjugar esforços para o êxito do programa de estabilização econômica. Seria infantil imaginar que o governo e os empresários buscam constituir uma "frente" contra as entidades dos trabalhadores ou outros estamentos da sociedade civil. O que se verificou ontem na FIESP representa o reconhecimento explícito de que o

entendimento nacional em que o governo Collor tanto se empenha não pode prescindir de um acerto de ponteiros entre os setores público e privado, como preliminar para um pacto mais abrangente.

Não é estranhável que o governo, depois de ter conseguido rebaixar substancialmente a taxa de inflação, de 80% no início do ano para 12 ou 13% agora, atribua ao vírus da cultura inflacionária, ao qual os empresários não estão imunes, as resistências a novos avanços. De acordo com essa lógica, as empresas instaladas no País teriam de conformar-se com a redução de suas margens de lucro, que seriam muito elevadas, segundo as autoridades.

Mas se é fácil aceitar em princípio que as empresas não devem fixar-se no lucro por unidade produzida, mas, sim, procurar ganhar em volume de produção, é mais problemático colocar essa norma em prática do que se poderia pensar à primeira vista. As empre-

sas naturalmente se ressentem dos efeitos de uma política monetária contracionista, ainda que possam louvar os seus objetivos finais. Se a retração da demanda já chegou ou não ao ponto desejado pelas autoridades monetárias é uma questão ainda indefinida. Mas o simples fato de o mercado interno ter encolhido surte um efeito inibidor sobre a atitude dos empresários. Em uma fase em que as perspectivas parecem nebulosas, a preocupação dominante nos altos escalões das empresas é sobretudo com sua sobrevivência.

Em nosso entender, é justamente essa crise de indecisão que precisa ser ultrapassada no mais breve espaço de tempo possível. Com anuência do empresariado aos pressupostos básicos da política econômica, que lhes impõem inclusive o dever de modernizar-se tecnologicamente e incorporar novos conceitos de gerência, tudo se tornará menos complicado. Arriscamo-nos mesmo a dizer que, por mais delicadas que sejam, as negociações

com as centrais sindicais em torno da momentosa questão salarial poderiam ser mais satisfatoriamente encaminhadas se governantes, empresários e trabalhadores melhor se entrosassem em torno de objetivos.

Dentro dessa ordem de considerações, entendemos como muito saudável a sugestão do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, no sentido de que se incluíam as lideranças políticas no grupo que discute o entendimento nacional. Aparentemente, alargar o círculo pode dificultar as conversações, mas, em contrapartida, haveria a vantagem de dar uma base mais sólida às propostas com vistas a um pacto social.

Não nos esqueçamos, por fim, de que o Brasil tem hoje uma política perfeitamente delineada com relação à dívida externa, cujo equacionamento é essencial para a estabilização econômica no plano interno. Como ocorre nas democracias, não há unanimidade com relação à postura adotada pelo governo Collor. Mas temos a certeza de que as propostas feitas em nome do Brasil contam com amplo apoio na sociedade. A via para o entendimento nacional está, pois, aberta.